



9478599



08084.000211/2019-90



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

Despacho nº 1839/2019/CGL/SAA/SE/MJ

Destino: **Coordenação de Procedimentos Licitatórios**

Assunto: **Gestão de Contratos: Aquisição ou Contratação**

1. Trata-se de procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 12/2019 - com o objetivo de contratar empresa para prestação de serviços continuados de copeiragem (copeira, garçom, operador de carga e descarga, auxiliar de encarregado e encarregado geral), com fornecimento de todo material de consumo relacionado e necessário à execução dos serviços.
2. Seguindo os ritos ordinários do Pregão, o processo fora submetido à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (Unidade Demandante) para análise e manifestação quanto à proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificação do objeto e habilitação técnica da empresa licitante convocada: REAL JG SERVIÇOS GERAIS.
3. Por intermédio da Nota Técnica n.º 24/2019/CGDS/SAA/SE/MJ (9475829), aquela Coordenação-Geral informou a necessidade de revisão do quantitativo dos materiais requeridos e conseqüente impossibilidade de prosseguimento da contratação:
 - 2.1 [...] Após análise do processo, identificamos tal equívoco quando da elaboração dos Estudos Preliminares NPAC (9023701), ao definir a quantidade necessária dos materiais não foi observado que o atual contrato informa a quantidade estimada mensalmente e não anual.
 - 2.2. Desta forma, a quantidade dos itens de Gêneros Alimentícios, constante no Termo de Referência NPAC (9261927) e seus anexos são insuficientes para a perfeita execução do objeto da licitação em tela [...]
 - 2.3 Registra-se ainda que o equívoco das quantidades dos insumos supracitados implicam diretamente nos valores dos postos de Garçom e Copeira, pois conforme detalha a Planilha de Composição de Custos (9326338), os custos referentes aos materiais, utensílio e insumos foram diluídos nos postos citados.
 - 2.5 Diante do exposto, não vislumbramos a possibilidade de dar continuidade no certame, considerando que o equívoco referente ao dimensionamento das quantidades não poderá ser sanado após a assinatura do contrato, logo não é de interesse da Administração formalizar uma contratação que se tornará inexecutável após 1 (um) mês de sua vigência.
4. Posto isso, tendo em vista tratar-se de equívoco irreparável na atual fase do certame que inviabilizaria a execução contratual, e na figura de autoridade licitante, **decido por revogar** a licitação deflagrada por meio do Pregão Eletrônico nº 12/2019 fundamentado nas razões expostas pela Unidade Demandante e com fulcro no art. 1º, VII, da Portaria SAA nº 23/2019, e art. 49, da Lei nº 8.666/93.

5. Insta destacar, em que pese o direito ao contraditório e ampla defesa assegurado no § 3º do art. 49 supramencionado, que não houve habilitação de proposta, homologação do certame, tampouco adjudicação do objeto. Entendo, portanto, que se faz possível o afastamento dessa previsão recursal.

6. Há entendimento do Superior Tribunal de Justiça que vai ao encontro do proposto:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.

2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.

3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.

4. **A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.**

5. **Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.**

6. **O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.**

7. Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.) (grifo próprio)

7. Não havendo, pois, adjudicação do objeto e homologação do certame, o particular declarado vencedor não tem qualquer direito a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação, o que afasta a necessidade de lhe ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

8. Assim, encaminhe-se à COPLI para conhecimento e demais impulsos decorrentes, atentando-se à afastabilidade de eventual interposição de recurso.

9. Por fim, após procedimentos e publicações de praxe, encaminhar à CGDS, Unidade Demandante, para conhecimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO**, Coordenador(a)-Geral de **Licitações e Contratos**, em 19/08/2019, às 12:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9478599** e o código CRC **05C213CD**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.